**OS PARQUES INFANTIS NO AMAZONAS**

Kelly Rocha de Matos Vasconcelos

Universidade Federal do Amazonas - kellymattos\_am@hotmail.com.

Prof.ª Dr.ª Pérsida da Silva Ribeiro Miki

Universidade Federal do Amazonas - persidamiki@gmail.com

**INTRODUÇÃO**

O objetivo deste artigo é compreender os aspectos históricos sobre o serviço municipal de Parques Infantis no estado do Amazonas na década de 1940. Trata-se de uma produção oriunda de uma pesquisa de Mestrado em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação, pela Universidade Federal do Amazonas.

Os Parques Infantis surgem no Brasil, no período conhecido com o Estado Novo, que vigorou de 1937 a 1945, e que trouxe, dentre várias políticas educacionais, a da criação do Serviço de Parques Infantis. Partindo do entendimento de que esta política de educação foi construída para a criança operária, pretende-se compreender as relações que permearam este cenário a partir da perspectiva social e cultural.

Trata-se de uma pesquisa em história da educação, fundamentada nas novas possibilidades trazidas pela pesquisa em história. Essas novas possibilidades surgiram a partir do momento em que a *nouvelle histoire[[1]](#footnote-1)* passou a ser materializada pela Escola dos *Annales*[[2]](#footnote-2), onde historiadores como Lucien Febvre e Marc Bloch propuseram temas inovadores à época como o “[...] da história regional, que privilegia o pequeno país ou o campo provincial e institui as massas anônimas como heróis da história e se esforça em elucidar as diferenças de tempo.” (REIS, 2000, p.62).

Busca-se estudar as políticas voltadas para assistência e proteção aos pobres que abrigam os parques infantis no Amazonas, políticas que são instrumentos dos quais os governantes se valem para impor uma cultura oficial, um modelo a ser seguido por seus

governados, disseminando de maneiras distintas suas ideias no intuito de convencer as classes populares a segui-las, por meio de suas estratégias de poder. Em contrapartida, esta cultura oficial é recebida e utilizada pelas classes populares como instrumento para resistir e sobreviver ao capital.

A temática é importante para a compreensão deste momento na história da educação e para a compreensão das relações de força descritas por De Certau (1998, p.46):

[...] o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ele postula um lugar capaz de ser circunscrito como um *próprio* e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico.

Por este motivo, pretende-se revelar este momento significativo para a educação da sociedade amazonense, com ensejo de contribuir para enriquecer os estudos de acadêmicos, professores, alunos e a comunidade do Estado em geral.

1. PARQUES INFANTIS: ANTECEDENTES HISTÓRICOS E CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA

No cenário ocidental nas primeiras décadas do século XX, o pensamento dominante era o de que o progresso de uma nação estava associado ao conceito de civilização, que deveria ultrapassar os muros escolares, principalmente para os filhos das classes subalternas. (KUHLMANN Jr, 2010). Isso se constituía em uma política maior que “foi defendida como uma necessidade para a formação da nacionalidade brasileira, traduzida pela superioridade da raça branca e por uma educação para a pátria, por meio da educação do caráter e da educação física, e voltada para a educação popular que deveria ser nacional, pública e patriótica.” (VERÍSSIMO, 1906, p.163).

Ainda, no início do século XX começaram a se intensificar no cenário educacional brasileiro, políticas voltadas para a assistência à infância, e em 1922 aconteceu o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, onde foram abordados assuntos referentes à criança e suas relações com a família, a sociedade e o Estado, e sob aspetos sociais, médicos, pedagógicos e higiênicos, sendo este último dirigido em especial para as camadas populares, no intuito de estabelecer normas quanto ao comportamento, por meio de medidas preventivas (VASCONCELLOS, 2001).

A infância começou a ser observada nos anos subsequentes, com a criação de algumas políticas como o primeiro código de menores em 1927, onde foram consolidadas leis de assistência e de proteção aos menores de 18 anos, vistos como abandonados e delinquentes. Também foi criado o Ministério da Educação e da Saúde Pública, em 1930, por intermédio do Decreto nº 10.402.

Vasconcellos (2001, p.94), afirma que “essa crescente política de assistência à infância, baseada tanto num modelo médico-sanitário quanto numa visão psicologizante do trabalho educativo, favoreceu a difusão de uma concepção abstrata de infância a partir desse período.” Configurando-se então, um momento significativo no qual o Governo volta os olhos para a infância e para os conceitos subjetivos à sua configuração.

Com a criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública, os filhos dos trabalhadores também passam a ter direito à Educação, “principalmente nos grandes centros urbanos, mostrando-se como um elemento de organização social e modernização da sociedade brasileira, sob o impulso da política de desenvolvimento industrial implementada durante o governo Getúlio Vargas.” (VASCONCELOS, 2001, p.95-96).

Surgem alguns programas de atendimento à infância, visando, dentre outras coisas, o reforço do patriotismo. Isto se deve principalmente ao processo de industrialização, onde as mulheres, necessitando trabalhar nas indústrias, não disporiam de tempo para educarem seus filhos, preferindo essas instituições a deixá-los nas ruas, onde poderiam se tornar criminosos em potencial.

Outros órgãos criados foram o Serviço de Assistência a Menores - SAM, “responsável pelas crianças abandonadas e menores infratores, e órgãos internacionais como: o Fundo das Nações Unidas para a infância UNICEF/1948 e a Organização Mundial de Educação Pré-Escolar OMEP/1948.” (VASCONCELLOS, 2001, p.96).

Neste contexto, surgem no Brasil os Parques Infantis Mário de Andrade[[3]](#footnote-3) (PIs), em 1935, destinados aos filhos dos trabalhadores operariados, na idade de 03 a 12 anos, inspirado no modelo de *kindegarten* froebeliano, onde as crianças tinham direito à recreação, jogo organizado e assistência médica, alimentação e higiene. (MIRANDA, 1941; FARIA, 1996).

Os PIs apresentam elementos contraditórios: se o Estado Novo voltava-se para a formação civil e militar das crianças, no seu interior “o tempo livre poderia ser preenchido com diversas atividades recreativas consideradas saudáveis [...], pois, ao mesmo tempo em que esses elementos poderiam representar formas de controle e vigilância sobre a população, poderiam criar, também, a possibilidade de novas formas de uso voltadas para a subversão da ordem estabelecida.” (GOMES, 2003, p. 34). Sobre este aspecto, Duarte (2000) revela um dos objetivos principais das instituições; para Nicanor Miranda, então chefe de Educação e Recreio do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo:

Educar a infância para um lazer correto, para que as horas de folga do futuro cidadão-trabalhador-soldado sejam empregadas em atividades saudáveis, higiênicas e de “grande alcance moral”; “afastar” as crianças do seu meio social e moral, ou seja, de sua família, do seu bairro, do seu território, construindo uma alternativa aos “vícios e à criminalidade” dos bairros operários; manter o lazer sob controle e coordenação do Estado, para assim garantir sua adequação; conduzir as crianças a um estreito convívio entre classes diferentes, expressando o ideal de uma sociedade concebida como corpo, harmônica e coesa. (p.172-173).

Esses parques, de acordo com Vasconcellos, “contribuíram para ‘relativizar’ as análises que enfocavam apenas os aspectos disciplinadores das instituições de atendimento à infância, no início do século XX, mostrando que existem outras possibilidades de significado da infância” (2001, p.97). Dentro de uma política de municipalização, os PIs se caracterizaram por aspectos educacionais de uma experiência não escolar em que a criança teve acesso também à cultura e à saúde e era estimulada a construir uma identidade patriota.

As relações, no ambiente do Parque Infantil, por outro lado, também garantia a essas crianças o direito à própria infância que até então, para Vasconcellos, era algo que eles não tinham acesso. “Os parques infantis foram considerados como a primeira experiência brasileira pública municipal de educação (na forma de uma proposta extraescolar) para crianças da classe trabalhadora.” (2001, p.98).

1. **PARQUES INFANTIS: POR QUÊ? PARA QUÊ?**

A criação do serviço municipal de Parques Infantis na cidade de Manaus estava relacionada a uma gradual adesão por vários países da Europa e da América e, especificamente do Brasil, a um acatamento de uma política nacional de assistência e proteção à criança e aos adolescentes desfavorecidos economicamente, os quais, em sua maioria, eram filhos de operários.

Esta política foi engendrada no período conhecido como Estado Novo, que vigorou entre 1937 a 1945. O objetivo pertencente a essa política era de ocupar as crianças e adolescentes com atividades diversificadas, durante o período em que não estavam na escola (KUHLMANN Jr, 2000; 2002; NAGLE, 2009; HILSDORF, 2011).

De acordo com Abdanur (1994), os parques infantis foram instituições não formais que, apesar de terem sido criados antes do Departamento de Cultura do estado de São Paulo, foram organizados compondo uma relação de finalidades no corpo de um projeto elaborado por Mário de Andrade, após a sua nomeação pelo, então prefeito, Fábio Prado,[[4]](#footnote-4) na publicação do ato nº 861 do Diário Oficial do estado de São Paulo, como diretor e chefe da Divisão de Expansão Cultural do novo Departamento do estado de São Paulo, no dia 30 de maio de 1935.

Os parques infantis da prefeitura de São Paulo foram destinados à recreação das crianças pobres da cidade, especialmente os filhos de operários. O primeiro a ser instalado foi o Parque Infantil Pedro II. Em seguida surgiram o Parque Infantil da Lapa e o do Ipiranga. Posteriormente, e por último, instalou-se o Parque Infantil de Santo Amaro. Até 1938, ano da saída de Mário de Andrade do Departamento de Cultura, estes foram os únicos em funcionamento na cidade. Muitos outros porém já estavam projetados. Seriam instalados “todos em bairro de trabalho ou de pobreza, imediações de escolas ou fábricas, enfim onde pudesse ser mais útil socialmente”. Além da recreação orientada por educadores, essas crianças recebiam nos parques assistência médica e dentária, educação sanitarista e higiênica, roupas e alimentação (ABDANUR, 1994, p.268).

A seção de Parques Infantis foi transformada em uma seção específica da *Divisão de Educação e Recreio* do Departamento de Cultura e Recreação, tendo como chefe Nicanor Miranda. (GOMES, 2003, p. 45).

No entanto, parece que esta preocupação com o local de instalação destes parques, revela que a finalidade aparente nos documentos legais seria a da recreação, dentro do contexto histórico e social no qual estava inserida a instituição e seus sujeitos. Sua origem seria impulsionada por um projeto de nacionalização, de influência norte-americana, nas relações internacionais, que já eram presentes em um momento anterior, especialmente quanto ao Brasil e aos demais países latino-americanos, o qual buscava modernizar a sociedade brasileira (FREITAS; KUHLMANN Jr, 2002).

Por isso, a problemática proposta na pesquisa é a da existência de Parques Infantis no estado do Amazonas, situada no campo de estudo das relações sociais e culturais entre as classes às quais se destinavam o serviço dos parques infantis: os filhos dos pobres, operários, os de baixo poder político-econômico, a população menos favorecida. Provavelmente um dos principais motivos que levaram à existência dessas instituições não formais, foi a “campanha patriótica nacional” capitaneada pelo então presidente Getúlio Vargas[[5]](#footnote-5) (FREITAS; KUHLMANN Jr., 2002, p.470).

Para isso, identificamos os pressupostos históricos determinantes para a existência do serviço municipal de Parques Infantis na cidade de Manaus, contextualizando as relações desse serviço com a educação e a sociedade amazonense, por meio de pesquisa documental.

O desafio consistiu em conseguir as fontes necessárias à compreensão da temática, para tentar provar a existência a existência de um Parque Infantil na década de 1940 em Manaus mencionada no documento de Nicanor Miranda “ORIGEM E PROPAGAÇÃO DOS PARQUES INFANTIS, E PARQUES DE JOGOS” em 1941, onde Nicanor Miranda - chefe da Divisão de Ensino e Recreio, informa que há um parque infantil em construção no “bairro do Mindu em Manaus” (1941, p. 22).

O fato de não haver nenhuma pesquisa anterior a esta, acerca do serviço municipal de parques Infantis no Amazonas, impulsionou a busca por evidências, vestígios e provas, que de acordo com Chartier, são os “vestígios ou indícios que permitem a reconstrução sempre submetida ao controlo, das realidades que os produziram” (1990, p. 82).

A palavra evidência é usada por historiadores como Hobsbawm (1998) e Ginzburg (2002). Este, autor do paradigma indiciário[[6]](#footnote-6), afirma que o trabalho do historiador se dá por meio de buscas por novas evidências que comprovem sua veracidade, o que não difere do pensamento daquele, ao enfatizar a importância do levantamento de novas questões no decorrer da investigação a partir do encontro de evidências (HOBSBAWN, 1998).

Para isto, optou-se pela pesquisa documental, onde foram garimpados documentos fundamentais que, sendo tratados como documentos/monumentos (LE GOFF, 1996; FOUCAULT, 2009), revelaram este recorte histórico, atendendo às hipóteses levantadas.

1. **PARQUES INFANTIS: CONTROLE, HIGIENISMO E EDUCAÇÃO**

A Constituição Federal do Brasil, do ano de 1937, trouxe no artigo 129 a preocupação em implantar às classes menos favorecidas uma educação voltada ao ensino pré-vocacional, preparando para o profissional, em virtude na necessidade de mão-de-obra para atender às necessidades do mercado de trabalho, e estabeleceu no artigo 131 a obrigatoriedade do ensino de trabalhos manuais em todas as escolas normais primárias e secundárias: “Art. 131. A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência.” (BRASIL, Dec.nº01/1937).

Esta preocupação em planejar “espaços específicos e apropriados” onde em seu interior “o tempo livre poderia ser preenchido com diversas atividades recreativas consideradas saudáveis”, de acordo com Gomes, apresenta “aspectos contraditórios [...], pois, ao mesmo tempo em que esses elementos poderiam representar formas de controle e vigilância sobre a população, poderiam criar, também, a possibilidade de novas formas de uso voltadas para a subversão da ordem estabelecida.” (2003, p. 34).

Os Parques Infantis eram locais onde poderiam ser desenvolvidas atividades voltadas para o esporte, a cultura e o lazer e surgem em um período onde se verifica um grande movimento político para a consolidação da prática de atividades esportivas no país, observado no Decreto-lei nº 1212 de 17 de abril de 1939, que cria a Escola Nacional de Educação Física e Desporto (AMAZONAS, Diário Oficial, 1939).

Contudo, a prática desportiva, de acordo com ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema[[7]](#footnote-7), não poderia ser realizada sem o devido acompanhamento de médicos devidamente capacitados, pois “[...] tanto a educação física como o desporto não podem ser praticados sem uma continuada assistência médica, que somente deve ser dada por médicos que se tenham especializado em medicina da educação física e dos desportos” (AMAZONAS, Diário Oficial, 1939, p.5).

Os Parques Infantis no Amazonas começaram a ser inaugurados a partir da década de 1940. Até então, os serviços de assistência à infância no Estado, eram realizados pela *Directoria de Hygiene* até o final da década de 1930. Estes serviços iniciavam antes do nascimento das crianças, onde eram realizadas visitas de uma parteira que, quando necessário, encaminhava a criança ao Hospital da Casa Dr. Fajardo. Além disto, também havia assistência odontológica como extrações e curativos (AMAZONAS, Diário Oficial, 1937).

O Amazonas, então dividido em 19 *distritos,* combatia doenças como o paludismo e a malária que assolavam as populações trabalhadoras. Para isto, eram realizadas expedições médicas aos lugares infestados, pelos municípios do interior, com postos fiscais itinerantes, ambulâncias, médicos e enfermeiros.

Em Manaus, entre os anos de 1936 a 1937 os atendimentos eram realizados no “Centro de Saúde”, com grande movimento, contudo o número de atendimentos poderia ser maior, se todas as dependências estivessem em funcionamento. (AMAZONAS, Diário Oficial, 1937, p.20).

O Centro de saúde oferecia serviços de Higiene escolar, com vacinações, inspeção, banho ultra-violeta e medicações. Também oferecia serviço de Higiene Pré-Natal, Higiene infantil, Tuberculose, Sífilis e moléstias venéreas, Paludismo, verminose e Dentista, este último com maioria de atendimentos às crianças. Além disto, as “‘moléstias da pele” eram tratadas no Dispensário Oswaldo Cruz, onde foram verificados registros de crianças diagnosticas com lepra e dermatose. (AMAZONAS, Diário Oficial, 1937, p. 20-28).

Além do Centro de saúde, havia sete Postos de Saúde localizados em diversos bairros da capital. Dentre os bairros de Manaus considerados pobres estavam: “Cachoeirinha, Educandos, São Raymundo, Giráo, Boulervár Amazonas e outros menos povoados”, cuja população sofria principalmente com a malária. (AMAZONAS, Diário Oficial, 1937, p.23).

 Outro órgão importante, que acompanhava as crianças pobres e que defendeu a criação dos Parques Infantis em Manaus, foi o *Juizo de Menores e Accidentes,* que vigiava e promovia assistência moral e material, como pode ser observado neste expediente do dia de nº 71, no Diário Oficial, de 19 de abril de 1937:

O Juizado de Direito de Menores, Accidentes, etc., da comarca desta capital, dentro das possibilidades do Estado e graças a dedicação do respectivo titular – doutor André Vidal de Araújo, que tem se desdobrado em atividade para bem desempenhar as suas árduas funções, vae, pouco a pouco, preenchendo os seus elevados objetivos, a prol da vigilancia e da assistência moral e material, devidas aos menores, especialmente abandonados, anormais e delinquentes. Tal assistência vem sendo igualmente prestada aos operários, victimas de acidentes no trabalho, sempre que a solicitam. (p.5).

O Juizo Privativo de Menores do estado do Amazonas foi criado em 1935, sob a responsabilidade do juiz Dr. André Vidal de Araújo[[8]](#footnote-8), e funcionava em uma sala no edifício Palácio da Justiça, ao lado de outros serviços públicos: Côrte de Appellação, sua Secretaria e cartório e o Instituto da Ordem dos Advogados.

Com atribuições corretivas e educacionais, o Juizado defendia um trabalho preventivo na infância, para ter-se um resultado positivo na vida adulta:

Não ignorais, por certo, a finalidade do Juízo de Menores nem a complexidade de suas atribuições corretivas e educacionais. O seu destino é, por assim dizer, a regeneração antecipada de destinos humanos, o aplacamento ou a minoração dos conflitos interiores que mutilam precocemente homens e mulheres. Na atualidade, já se não discute mais a influência psicológica das impressões recebidas na infância sobre o resto da existência, através de uma sequencia a sim de causas e efeitos. Prova-o, tanto quanto a ciência, a experiência própria dos temperamentos sensíveis que, recapitulando-se com clarividência, tem confessado em largas paginas as semelhanças profundas entre a sua vida infantil e sua vida madura. (AMAZONAS, Diário Oficial, 1937, p.11).

Dentre os serviços mais realizados, estão o de menores que foram medidos antropometricamente e a entrega de menores aos pais ou responsáveis, “indicando um alto índice de crianças que eram recolhidas nas ruas” (AMAZONAS, Diário Oficial, 1937, p.11).

 Os menores, considerados *vadios*, eram retirados das ruas por participarem de brincadeiras como *foot-ball,* brincando com bolinhas, papagaios de papel, fichas de pincho, ou portando baladeiras, canivetes, baralhos, figuras ou livros considerados *imorais*, navalhas, facas de ponta. A maioria era amazonense, do sexo masculino, e eram “recolhidos por motivo de *vadiagem*”*.* (AMAZONAS, Diário Oficial, 1937, p.12).

Neste contexto, instituições como os Parques Infantis, poderiam ter caráter preventivo, protegendo as crianças de lugares considerados nocivos às crianças, contribuindo para o higienismo[[9]](#footnote-9) da cidade, retirando as crianças que perambulavam pelas ruas e que poderiam causar incômodo à elite da cidade por conta de sua aparência e comportamento, além de serem locais onde essas crianças teriam acesso à assistência médica e a educação.

1. **CONSTRUÇÃO DO PRIMEIRO PARQUE INFATIL NO AMAZONAS**

No início do século XX começaram a se intensificar, no cenário educacional brasileiro, políticas voltadas para a assistência à infância, e em 1922 aconteceu o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, onde foram abordados assuntos referentes à criança e suas relações com a família, a sociedade e o Estado, e sob aspetos sociais, médicos, pedagógicos e higiênicos, sendo este último dirigido em especial para as camadas populares, no intuito de estabelecer normas quanto ao comportamento, por meio de medidas preventivas (VASCONCELLOS, 2001; BONFIM, 2017).

Com a criação dos Parques Infantis, os filhos dos trabalhadores operários, tinham um espaço alternativo para frequentar, além da escola regular, pois se constituíam em instituições não formais, onde as crianças recebiam cuidados higiênicos, de saúde, de disciplina do corpo, e de civismo, além do acesso à educação e à cultura, na qual o aprendizado da cultura, do folclore, funcionava como um elemento propulsor do sentimento de identidade nacional:

[...] um processo de conhecimento, como fonte de nacionalidade e modernização, como essência de brasilidade. O resgate das tradições populares permitia a unificação da nação através de uma continuidade entre o popular e o erudito, sem que isso fosse apenas uma forma de incutir amor às coisas nacionais, um conteúdo a ser ensinado. (VASCONCELLOS, 2001, p.99).

Outro fator preponderante foi a disseminação do folclore na educação brasileira, isto se deve ao fato de existir um elevado número de imigrantes neste período, o que preocupava Mário de Andrade, enquanto criador dos Parques Infantis, educador e pesquisador, que defendia a “socialização da cultura popular para os diferentes extratos sociais, acreditando na potência formadora do folclore, principalmente, no que tange à ideia de uma ‘cultura infantil’” (VASCONCELLOS, 2001, p.99).

A educação de origem froebeliana oferecida para a criança da classe trabalhadora nos parques infantis, além de educar para o corpo, tinha caráter lúdico e se constituiu em avanço significativo, pois oportunizou as crianças o acesso a direitos como saúde, educação e cultura (VASCONCELLOS, 2001).

Os limites educacionais que se estabelecem entre as classes, levantam questões no que tange às relações sociais, ao trabalho, etc. No que diz respeito aos Parques Infantis, traz uma significativa contribuição para a história da infância amazonense, onde é necessário compreender a intencionalidade do Estado em oferecer estes espaços para a criança amazonense.

 Em virtude da ampla divulgação dos Parques Infantis no Brasil e no mundo e dos graves problemas que assolavam a realidade amazonense, o prefeito de Manaus, Antônio Botelho Maia cria o serviço municipal de Parques Infantis em Manaus:

O Engenheiro Agronomo ANTONIO BOTELHO MAIA, Prefeito Municipal de Manáus, por nomeação legal, etc.

Considerando ser a assistência e proteção á infância um dos mais precípuos dos governos bem orientados;

Considerando que a civilização de um povo se mede pelo seu grau de cultura e pelas instituições de valor social que possue, para defesa de sua raça e amparo de seu povo; Considerando que os parques infantis são melhoramentos sociais que educam, assistem e medicam as crianças que neles se inscrevem;

Considerando que os parques infantis têm por objetivo proteger e educar, e, constituem uma instituição recomendada por todos os sociólogos, pedagogos, médicos e educadores contemporâneos; RESOLVE: Art. 1º - Fica creado na Prefeitura Municipal de Manáus o SERVIÇO MUNICIPAL DE PARQUES INFANTIS [...] (AMAZONAS. Diário Oficial, 1940, p.3).

 Para a construção do primeiro Parque Infantil no Estado, foi criado um Decreto-lei nº 139, de 31 de maio de 1940, abrindo crédito especial no orçamento vigente e que o parque infantil, seria construído como “parte integrante do parque de diversões e educação física ‘10 de novembro[[10]](#footnote-10)’, já em construção” (AMAZONAS, Diário Oficial, 1940, p.4).

 A finalidade eugênica dos Parques Infantis está explícita neste relatório de Antônio Botelho Maia após sua exoneração, a pedido, do cargo de prefeito de Manaus, dois meses após a criação do serviço de Parques Infantis, onde o “Parque Dez de Novembro será um logradouro primordial ao repouso da população e à eugenia da nossa infância”. (AMAZONAS, Diário Oficial, 1940, p.5).

 A data escolhida para a inauguração do Parque de recreação e exercícios físicos Dez de Novembro, foi 19 de abril de 1943, por ser o dia do aniversário do presidente Getúlio Vargas, trazendo como olho da notícia em matéria de destaque e divulgação no Jornal do Comércio de 18 de abril de 1943 os seguintes dizeres: “As datas da fundação do Estado Nacional e do natalício do benemérito presidente Vargas perpetuadas num sugestivo marco de civilização e progresso” (JORNAL DO COMÉRCIO, 1943, p.7).

 Este parque foi inaugurado na gestão do prefeito Antônio Vieira, que remeteu a autoria da iniciativa ao prefeito Botelho Maia, com seu discurso, mencionando-se como “formidável iniciativa”. Antônio Vieira disse ainda que o Parque estava “fixado num programa da mais sadia brasilidade, como é o aperfeiçoamento físico da raça tão proclamado pelo estado novo [...] Com o pensamento dirigido para o robustecimento da raça pela cultura física da infância e juventude”. (JORNAL DO COMÉRCIO, 1943, p.7).

 O Parque Dez de Novembro abrangia uma área de cinquenta hectares, com bosque natural, cortado por igarapé de águas cristalinas, cujo leito era formando por areia. Este igarapé foi aproveitado para uma grande piscina, na qual foram construídos degraus e barragem onde se formava uma cachoeira pelo transbordamento das águas.

 Além desta, havia outra piscina para as crianças, um *tobogam* , *“courts”* para *basket, tênis e wolleyball*, e um *playground*, iguais aos utilizados nos campos de recreio norte-americanos.

Os aparelhos de que é dotado o “play-ground”, tem capacidade para centenas de crianças, simultaneamente. Um dos aparelhos mais interessantes é um deslizador Racer Slider, constituído de uma ampla escada de acesso e duas secções de deslizamento anduladas, de 28 pés cada uma, e por onde no espaço de três horas, poderão experimentar a mesma emoção, 11.000 crianças. Acham-se também ali instalados aparelhos de Circular Climbs, passos gigantes, ondas giratórias, argolas, etc. (JORNAL DO COMÉRCIO, 1943, p.7).

Ainda de acordo com a publicação, no Parque iriam funcionar secções de bar e orquestra, também iria ser inaugurada a Cabana do Seringueiro sugerida pelo interventor do estado do Amazonas, Álvaro Maia, em homenagem aos soldados da borracha, o que pode caracterizar também uma preocupação com atividades culturais.

Vale ressaltar, que este parque foi instalado na periferia da cidade de Manaus, pois “a cidade não se estendia além da estrada do Parque 10, bem próxima à floresta” (SANTOS, 2005, p.13570), no entanto não foram encontrados registros de atividades coordenadas por profissionais capitados, como aconteceu em outros estados brasileiros, o que suscita novas possibilidades de investigação.

O Parque Dez de Novembro foi o primeiro Parque Infantil do Amazonas e o único com grande estrutura. Até o momento de nosso levantamento, foram encontrados registros de mais 16 Parques Infantis públicos inaugurados na cidade de Manaus e outros 17 em municípios do estado do Amazonas. Estas inaugurações aconteceram por um período de 53 anos, entre 1943 a 1996. Isto demonstra a força da política de Parques Infantis no Estado, que atravessou vários governos sendo amplamente divulgados em todos eles.

**CONCLUSÃO**

A partir dos documentos encontrados observa-se que os Parques Infantis também existiram no estado do Amazonas, apesar deste serviço não se ter iniciado de forma estruturada, e de ainda não terem sido encontrados registros que provem a realização de atividades da mesma forma como as de outras regiões do País.

A grande força política imposta pelo Estado Nacional ao Amazonas, com a finalidade de garantir a defesa do território e a amplitude da capacidade de dominação deste e de seus ocupantes, utilizou principalmente a educação para controlar a grande massa populacional, considerada perigosa para os seus governantes, promovendo políticas de controle, transvertidas como educacionais e assistencialistas a fim de que fossem bem aceitas pelo povo.

As instituições como os Parques Infantis surgiram com esse dualismo: ao mesmo tempo em que atendiam aos interesses políticos, possibilitaram à criança pobre, juntamente com outras políticas, o acesso à cultura, educação e saúde.

A criança amazonense e suas relações sociais e culturais são fontes essenciais neste contexto histórico, para Kuhlmann Jr. (2010), o que temos é uma história sobre a criança, nos registros iconográficos, que se encontram da época, não são encontradas informações sobre a infância dos pobres, tendo em vista que, para os historiadores da época, “os excluídos, não são necessariamente portadores do futuro” (p.32).

Portanto, os Parques Infantis ampliaram as possibilidades para a educação na infância durante este período de caráter civilizatório, e se caracterizam em um objeto de estudo carente de investigações, especialmente no Estado do Amazonas.

**REFERÊNCIAS**

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Segunda-feira, 19 de fevereiro de 1940, ano XLVII, número 13365. Estado Federal do Amazonas, p.3.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Quarta-feira, 27 de dezembro de 1939, ano VLVII, número 13323. Estado Federal do Amazonas, p.5.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Segunda-feira, 19 de abril de 1937, ano VLIV, número 12543. Estado Federal do Amazonas, p.4.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Segunda-feira, 03 de maio de 1937, ano VLIV, número 12553. Estado Federal do Amazonas.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Sexta-feira, 31 de maio de 1940, ano XLVII, número 13447. Estado Federal do Amazonas, p.4.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Segunda-feira, 15 de julho de 1940, ano XLVII, número 13485. Estado Federal do Amazonas, p.5.

ABDANUR, Elizabeth. Parques infantis de Mario de Andrade*.* **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros.** SP, 36: 263-270, 1994.

BONFIM, Paulo Ricardo. **Educar, Higienizar e Regenerar:**Uma História da Eugenia no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. 228 p.

BRASIL. Constituição (1937). Lei nº 01, de 10 de novembro de 1937. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**: Carta Magna do Estado Novo.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

FREITAS, Marcos Cezar de, KUHLMANN Jr., Moysés, **Os intelectuais na história da infância.** São Paulo : Cortez, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

GINZBURG. **Relações de força: história, retórica, prova.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Christianne Luce. **Significados de recreação e lazer o Brasil:**Reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964). 2003. 322 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira: Leituras***.* São Paulo; Cengage Learning, 2011.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, de 18 de abril de 1943, p.7.

KUHLMANN Jr., Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação***,* n. 14, p. 5-18, mai/jun/jul/ago, 2000.

\_\_\_\_\_. Infância, história e educação. In: **Infância e Educação Infantil**: uma abordagem histórica. 5 ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Editora UNICAMP, 1996.

MIRANDA, Nicanor. **Origem e propagação dos parques infantis, e parques de jogos.**São Paulo: Departamento de Cultura, 1941.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales:**A inovação em História. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 200 p.

SANTOS, Alem Silvia Marinho dos. A produção do urbano em áreas inundáveis: o uso residencial do igarapé do Mindu. In: encontro de geógrafos da américa latina, 10, 2005, São Paulo. **Anais do X Encontro de Geógrafos América Latina.**São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 13559 - 13580. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Procesosambientales/Usoderecursos/41.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de. **Educação na Infância**: história e política.2. ed. Niterói: Editora da UFF, 2001.

1. Os autores Le Roy Ladurie e Furet sugerem que é a história influenciada pelas ciências sociais, com surgida após debates entre “sociólogos, filósofos, geógrafos e historiadores, no início do século XX”. (REIS, 2000, p. 65). [↑](#footnote-ref-1)
2. Revista de história fundada por Febre e Bloch em 1929 na Universidade de Estraburgo. (REIS, 2000). [↑](#footnote-ref-2)
3. Mário Raul Moraes de Andrade foi diretor do Departamento de Cultura (DC) da prefeitura de São Paulo de 1935 a 1938, quando demitiu-se por oposição ao Estado Novo. (ARANTES, 2005). [↑](#footnote-ref-3)
4. Fábio da Silva Prado, prefeito do município de São Paulo entre 7 de setembro de 1934 a 31 de janeiro de 1938. [↑](#footnote-ref-4)
5. Getúlio Dornelles Vargas- presidente do Brasil de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954, quando se suicidou. [↑](#footnote-ref-5)
6. Em um ensaio intitulado *Spie. Radici di un paradigma indiziario (****Sinais: raízes de um paradigma indiciário****)*, publicado na coletânea *Crisi della ragione*, organizada por Aldo Gargani, que saiu pela editora Einaudi no ano de 1979. [↑](#footnote-ref-6)
7. Gustavo Capanema Filho foi Ministro da Educação e Saúde do Brasil no período de 1934 a 1945. [↑](#footnote-ref-7)
8. André Vidal de Araújo foi diretor do 1º Juizado de Menores do Estado do Amazonas entre os anos de 1935 a 1944. [↑](#footnote-ref-8)
9. “[...] o debate e a difusão da eugenia no Brasil reuniu intelectuais atrelados a perspectivas diversas, algumas delas críticas ao descaso governamental com a situação educacional e sanitária da população, mas que geralmente convergiam nos propósitos de regeneração das classes populares por meio da higiene, da eugenia, do trabalho e de uma educação moral.” (BONFIM, 2017, p.57). [↑](#footnote-ref-9)
10. O nome foi escolhido em homenagem ao Estado Novo, que tinha seu aniversário comemorado nas publicações oficiais do país na época. [↑](#footnote-ref-10)